REVISTA SAÚDE.COM
ISSN 1809-0761
Vol 22, Nº 1, 2026, 1-3
DOI: 10.22481/rsc.v22i1.19169
Editorial

Entre marcadores sociais e desigualdades: contribuições da interseccionalidade para a análise contemporânea

Sanseray da Silveira Cruz-Machado[1]
[1] Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil.
*Autor de correspondência: enfatamilesoliveira@gmail.com

O debate sobre desigualdades sociais passou a ser visto sob uma nova ótica, considerando marcadores sociais para compreender a realidade social de diferentes indivíduos. Nos últimos 30 anos, essa temática recebeu maior atenção de estudiosos, militantes políticos, ativistas e profissionais, adotando a interseccionalidade como meio para analisar e compreender a relação entre os marcadores sociais no processo de articulação e produção das experiências de opressão e desigualdades[1].

O termo interseccionalidade foi criado e apresentando por Kimberlé Crenshaw na década de 1980, surgiu inicialmente como proposta para compreensão da realidade das mulheres negras, a partir das pautas dos movimentos do feminismo negro, em um contexto de desigualdades mútuas e convergentes. É considerado uma ferramenta analítica para compreender como a intersecção entre desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidades e etnia, se articulam e geram uma dinâmica de interação social em contextos de multiplicidade de indivíduos e experiências[1,2].

Na contemporaneidade, a interseccionalidade consolida a necessidade de analisar os marcadores sociais de forma conjunta, sem separá-los, buscando analisar a complexidade destes, evidenciando como estão interligados e como seus efeitos específicos são incorporados a uma esfera multidimensional. Nesse interim, Patrícia Hill Collins amplia o termo, apresentando uma abordagem mais ampla, ratificando o conceito e agregando a ideia de domínios de poder e como eles se articulam de forma mútua e consolidam as práticas discriminatórias[3].

SUBMETIDO: 08 de abril de 2026 | **ACEITO:** 10 de abril de 2026 | **PUBLICADO:** 17 de abril de 2026
© REVISTA SAÚDE.COM 2026. Este artigo é distribuído sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License

Além dos textos de Kimberlé Crenshaw e Patrícia Hill Collins, atualmente há um acervo que aborda a interseccionalidade, apresentando seu conceito, aplicação e relevância política e social. Autoras internacionalmente conhecidas discutem esse termo relacionando-o com suas experiências pessoais, sociais e científicas. Nomes como Angela Davis, Carla Akotirene, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzales e Sueli Carneiro, são consideradas referências na discussão sobre a sobreposição de opressões, trazendo a interseccionalidade em suas obras de forma democrática e direcionada à luta antirracista e atrelada ao movimento do feminismo negro[4].

Na academia, a interseccionalidade é incorporada como instrumento teórico-metodológico que utiliza dos fundamentos propostos pela ideologia do feminismo negro para descrever a integração entres os marcadores sociais, trazendo a luz as experiências de grupos vulneráveis, legitimando suas experiências e transformando-as em conhecimento científico. Sendo assim, ao agregar a teoria da interseccionalidade à rotina científica é possível ampliar a produção e publicação de estudos com relevância social, acadêmica e política[4].

Em âmbito nacional, a abordagem interseccional deve considerar a colonialidade, ideal de poder atribuído ao colonialismo, revelando que as experiências de vulnerabilidade identificadas pelos marcadores sociais, estão interligadas à ideia persistente de um grupo superior ao outro. Nessa perspectiva, há uma confluência entre as experiências de vulnerabilidade social e a redução ao acesso a direitos fundamentais como saúde, justiça social e educação de qualidade. Diante disso, a interseccionalidade vai além de uma busca por definição dos marcadores um por um, é uma proposta que objetiva analisar a intersecção existente relacionando-as com o contexto social, configurando-se como uma ferramenta crítica e política, capaz de estimular práticas institucionais mais equitativas e sensíveis à diversidade social[5].

Por essa razão, a interseccionalidade pode ser utilizada nas diferentes áreas, seu uso como ferramenta analítica permite identificar e compreender iniquidades que atravessam diferentes campos como saúde, educação e político social. Essa perspectiva dialoga com as propostas das políticas públicas, que visam sessar as iniquidades, trazendo a equidade como princípio, ao reconhecer as desigualdades e promover justiça social. Nesse sentido, a interseccionalidade é imprescindível nas

práticas educacionais, na formação em saúde e na produção científica para ampliar o desenvolvimento de estratégias mais inclusivas, éticas e comprometidas com a diversidade que caracteriza a população[5,6].

Diante desse cenário, reconhece-se a interseccionalidade como um recurso analítico, teórico, social, ético e político que permite a compreensão da multiplicidade da sociedade contemporânea, trazendo à tona os marcadores sociais que atravessam suas experiências e que foram marginalizados e naturalizados por vastos séculos. Assim, cabe a todos, comunidade científica, políticos, grupos e movimentos sociais, profissionais e instituições, compreender o que é a interseccionalidade e incorporar o conceito em suas rotinas, adotando um olhar múltiplo e diversificado para assim construir uma sociedade verdadeiramente justa.

Referências

1. Silva WVN, Guareschi N. Interseccionalidade e Políticas Públicas: alguns deslocamentos das psicologias brasileiras. Psicol Cienc Prof. [Internet]. 2025;45(2):e298286. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003298286.

2. Akotirene C. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen Livros; 2022.

3. Collins PH, Bilge S. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo; 2021.

4. Santos MS. Interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica. RELACult. 2025;11(1):e2742. Disponível em: https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2742

5. Corrêa MD, Moura L, Almeida LP, Zirbel I. As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. Saúde Soc. 2021;30(2):e210001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210001

6. Gonçalves EF, Nunes MO. A interseccionalidade como ferramenta para a compreensão da violência contra mulheres negras. Polis Psique. 2022;12(1):278–299. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672022000100324.